

O campo que precisa caber no futuro dos jovens

Mais importante do que perguntar por que os jovens deixam o campo, é preciso entender o que pode fazê-los ficar. Essa é a mudança de perspectiva defendida pela dirigente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag-RS), Camila Rode, ao tratar dos desafios da sucessão rural. Para ela, a permanência das novas gerações depende da construção de um meio rural que ofereça condições para que o jovem desenvolva seu próprio projeto de vida.

“Precisamos discutir que campo é necessário para que a juventude permaneça, e não ao contrário”, afirma. A avaliação está no centro de uma pesquisa desenvolvida pela Fetag-RS em parceria com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e o Instituto de Formação Sindical Irmão Miguel. Contemplado em edital do CNPq e com duração de 24 meses, o es-

tudo pretende analisar políticas públicas para a juventude rural e sua relação com a permanência dos jovens no campo.

Segundo dados do IBGE, entre 2012 e 2022, a população jovem no meio rural caiu cerca de 31% no Rio Grande do Sul. O movimento tem reflexos sobre a continuidade da agricultura e da pecuária familiar e coloca em discussão quem estará produzindo alimentos nas próximas décadas.

A renda é um dos componentes dessa decisão, mas está longe de ser o único. Para Camila, a permanência passa por acesso a crédito, terra, educação, saúde, infraestrutura, lazer e cultura. O jovem precisa encontrar no lugar onde vive condições não apenas para trabalhar, mas para construir sua vida. “Ele não pode ser visto como uma mão de obra barata na propriedade”, destaca. Isso significa também mudar a ideia de que sucessão é simplesmente repetir o que os pais ou avós fizeram. O jo-

vem pode permanecer na propriedade e transformar a atividade, adotando outra matriz produtiva, incorporando tecnologias ou encontrando novas formas de gerar renda. “Muitas vezes os jovens querem fazer a sucessão, mas trabalhando com outra matriz produtiva, com outro viés produtivo”, observa Camila.

A tecnologia, porém, precisa estar subordinada à realidade econômica da propriedade. A dirigente alerta para o risco de investimentos que aumentem o custo de produção sem gerar ganho proporcional de produtividade. Em uma pequena área, por exemplo, nem sempre o equipamento de maior capacidade é o mais adequado.

Dentro da família, a sucessão também precisa ser planejada. Camila defende que o processo não seja desencadeado apenas quando os pais adoecem ou deixam de trabalhar. É necessário discutir antecipadamente a dis-



MAGNIFIC/DIVULGAÇÃO/JC

Fetag-RS e universidades estudam políticas para conquistar juventude

tribuição da renda, os investimentos, as decisões e os rumos da propriedade. A responsabilidade, entretanto, não termina na porteira. A falta de serviços e oportunidades no interior também pesa na decisão dos jovens. Saúde, educação, lazer, cultura e políticas públicas municipais in-

tegram as condições necessárias para que o campo seja um espaço de desenvolvimento pessoal e profissional. Municípios que investem na agricultura e estimulam cadeias curtas de produção também podem contribuir para manter renda e atividade econômica no próprio território.

Farsul defende visão corporativa e planejamento para garantir a sucessão rural

A consolidação das atividades agropecuárias e o encolhimento da população no campo no Rio Grande do Sul acenderam o alerta para um desafio central na perpetuação do agronegócio: a sucessão familiar. Diante das transformações sociodemográficas e econômicas, preparar as propriedades para a transição entre gerações deixou de ser um debate informal e passou a ser tratado como pilar estratégico de gestão e sobrevivência econômica.

Para Allan Tormen, diretor vice-presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), a redução do contingente populacional rural é um fenômeno multifatorial, observado historicamente em diversos locais do mundo, movido pela necessidade de escala para viabilizar os negócios agropecuários. No entanto, a retenção do jovem no campo passa diretamente por superar entraves culturais e promover o diálogo intergeracional.

“A maioria das propriedades rurais só quer falar em sucessão quando o patriarca ou a matriarca faltam. O grande erro é associar a sucessão a um momento de luto. Precisamos inverter essa lógica e tratar o planejamento sucessório como gestão de ne-



TÂNIA MEINERZ/JC

Objetivo é garantir a continuidade das propriedades entre gerações

gócio e pilar de perpetuação”, avalia Tormen.

O conflito entre gerações frequentemente deriva de visões distintas sobre o trabalho e a vida no campo. Enquanto a geração pós-guerra consolidou os negócios com foco em estabilidade e na posse da terra, os jovens das gerações Y e Z buscam flexibilidade, conectividade e a incorporação de novas tecnologias.

Segundo Tormen, a maturidade corporativa precisa entrar nas propriedades independentemente do porte ou da cultura, da vitivinicultura na Serra Gaúcha à pecuária e agricultura na Campanha. A visão de que todos

os herdeiros precisam operar a terra também vem sendo desconstituída.

“O jovem não precisa ser necessariamente um engenheiro agrônomo, ele pode se capacitar em contabilidade ou administração. Além disso, a família pode estruturar o negócio de modo que alguns filhos atuem na operação e outros permaneçam como acionistas, sem a necessidade de fatiar ou vender a propriedade”, explica.

Histórica no apoio ao produtor, a Farsul tem atuado no estímulo ao empreendedorismo jovem e à transição familiar por meio do programa Farsul Jovem,

além de parcerias com o Senar e o Sebrae no projeto Juntos pelo Agro. As iniciativas promovem seminários regionais que abordam o planejamento jurídico e patrimonial, o suporte psicológico à família e a apresentação de casos práticos de sucesso.

Com base na visão de gestão corporativa para o meio rural, especialistas destacam os pontos essenciais que devem nortear o produtor e sua família, na hora de estabelecer o processo sucessório, como a definição de propósito, ou seja, compreender por que a propriedade existe e qual o seu objetivo a longo prazo, evitando que o patrimônio seja liquidado após a sucessão. Avaliação da viabilidade econômica com a análise da capacidade financeira do negócio para suportar a divisão entre herdeiros ou a manutenção dos filhos na atividade.

Organização Jurídica e Sucessória, ou seja, planejar as transferências imobiliárias e societárias previamente, evitando custos tributários elevados e descapitalização no momento da partilha. “Além disso, é importante a preservação da unidade produtiva, criando mecanismos contratuais ou corporativos para evitar a fragmentação excessiva

da área física, o que pode inviabilizar a escala econômica do herdeiro que optar por continuar na operação”, explica Tormen.

Outro fator determinante para garantir a presença dos novos gestores no agronegócio é a capacidade de adaptação às mudanças climáticas e o acesso a ferramentas modernas de produção, como agricultura regenerativa, inteligência artificial e manejo intensivo do solo.

Entretanto, para que a nova geração assuma o protagonismo tecnológico, o setor enfrenta um gargalo financeiro de curto prazo. As sucessivas estiagens e eventos climáticos extremos nos últimos anos acarretaram um severo endividamento dos produtores do Rio Grande do Sul.

“Quando o jovem vê o pai com dificuldades de crédito, sem conseguir honrar compromissos devido a frustrações de safra, a tendência é buscar alternativas no meio urbano. A reestruturação financeira do produtor gaúcho não é apenas uma pauta econômica conjuntural, mas uma ferramenta fundamental de impulso à sucessão no campo”, conclui Tormen.